

O Estado de S. Paulo

6/5/1996

TRABALHO INFANTIL

Diminui emprego de crianças no corte da cana

Promotores de Ribeirão Preto dizem que utilização na safra caiu de 5% em 94 para 2,1% em 95

ROLDÃO O. ARRUDA

O álcool utilizado nos automóveis brasileiros tem uma característica que costuma envergonhar o País lá fora. É a participação de crianças e adolescentes no corte da cana usada para produzir o combustível. A lei proíbe esse tipo de contratação e, segundo especialistas, trata-se de um trabalho pesado, perigoso e insalubre, além de mal remunerado. Mas isso pode mudar. Um dos indicadores da mudança é que na rica região de Ribeirão Preto, onde se concentra a maior produção de açúcar e álcool do Estado, a presença de menores nos canaviais está diminuindo desde 1992.

A informação é dos promotores de Justiça que atuam na área de proteção da infância e da juventude. Em 1992, quando eles decidiram intensificar a fiscalização nos canaviais da região, estimava-se que 30% da mão-de-obra controlada era constituída por crianças e adolescentes. Na safra de 1994 essa participação baixou para 5%, segundo, levantamento dos promotores. E ao ano passado caiu para 2,1%. A próxima meta é chegar a zero.

Fiscalização — Para a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, organização não-governamental que se destaca na luta contra a utilização do trabalho infantil, a mudança deve ser atribuída principalmente ao Ministério Público. "Os promotores empenham-se na fiscalização das empresas do setor canavieiro", disse Caio Magri, um dos coordenadores da Abrinq. "Temos esperanças de que esse tipo de ação se espalhe por todo o Estado.

De acordo com o promotor Marcelo Pedroso Goulart, de Ribeirão Preto, o combate ao trabalho ilegal de crianças e adolescentes tem dado resultados porque diversas instituições conseguiram se unir. Um exemplo é que a fiscalização nos canaviais está sendo feita por equipes da qual participaram funcionários dos Ministérios do Trabalho e da Justiça.

"Além de multas, por irregularidades na contratação, alojamento e transporte da mão-de-obra, o proprietário também pode ter de responder a processos judiciais", disse Goulart. No momento, estão em curso ações civis públicas contra o trabalho de menores na região. Numa delas, em Cravinhos, o juiz pronunciou sentença favorável aos pedidos do Ministério Público. "Isso produz um efeito inibidor."

O promotor também cita a presença na campanha de sindicatos de trabalhadores rurais e de organizações governamentais. "Aos poucos, toda a sociedade começa a ter noção da gravidade do problema", afirmou. "Mesmo os produtores rurais daqui, que sempre gostaram de posar como modernos, moradores da Califórnia brasileira, estão ficando constrangidos com o fato de serem apontados como patrocinadores da exploração do trabalho de crianças e adolescentes."

FISCALIZAÇÃO REDUZ TRABALHO ILEGAL

(Página A15 — GERAL)